

MOVIMENTO SOCIALISTA

TEORIAS E PRÁTICAS HISTÓRICAS

José Antonio Segatto
Instituto Astrojildo Pereira

RESUMO

O objetivo deste artigo é realizar um balanço crítico da trajetória do assim chamado “socialismo real”, identificando elementos presentes nas obras dos clássicos do marxismo — de Marx a Trotsky — capazes de fornecer pistas para a compreensão das razões da sua derrocada. No final, são apresentadas algumas propostas no sentido de abrir a discussão para que sejam construídas novas formas de luta pelo socialismo.

PALAVRAS-CHAVE: *socialismo, socialismo real, marxismo, leninismo, movimento socialista.*

Se até finais do século XIX o socialismo não passava ainda de uma idéia nova, já em princípios (ou nas primeiras décadas) do século XX torna-se um idéia-força indiscutível. Movimento poderoso, converteu-se numa ameaça concreta e uma alternativa viável ao capitalismo e à sociedade burguesa, tendendo a indicar, de fato, o nascimento de uma nova e radiante era de esperança para as grandes massas exploradas e oprimidas.

Isto parecia tornar-se realidade quando, em outubro de 1917, os bolcheviques tomaram o poder na Rússia. Enquanto o movimento socialista conquistava o poder e implementava diversas transformações, que o legitimava perante os trabalhadores, o capitalismo nas décadas seguintes “viveu uma era de catástrofe, vulnerabilidade e instabilidade constante, com um futuro que parecia inteiramente incerto” (HOBBSBAWM, 1992). Ou ainda “por mais de setenta anos os governos e as classes dirigentes ocidentais foram atemorizadas pelo fantasma da revolução social e do comunismo” (*idem*).

No entanto, se no limiar do século e nas décadas seguintes a realidade parecia indicar que o capitalismo estava condenado e que o futuro era do socialismo, já em seu término

a situação histórica é totalmente inversa. O “socialismo real”, derivado da revolução de Outubro de 1917, entrou em colapso na União Soviética e no Leste Europeu de forma rápida, fulminante e inesperada, expondo seus caracteres autoritários, burocráticos em toda a sua plenitude. O comunismo passou a ser sinônimo e identificado — não só na propaganda burguesa e na *mídia* internacional, mas também no *senso comum* — com autoritarismo e opressão.

A crise do socialismo, derivada da tragédia do “socialismo real”, revela para a esquerda em geral e como um todo uma situação dramática e traz consigo problemas e elementos capazes de abalar os próprios ideais do socialismo de homologar e legitimar, por um tempo mais ou menos longo, o capitalismo dominante no Ocidente Europeu, nos Estados Unidos e Japão.

Dessa forma, os fatos e acontecimentos que redundaram no colapso do “socialismo real” abrem uma crise, sem precedentes, do socialismo e com desdobramentos ainda difíceis de se visualizar, pois está ainda no seu início ou apenas começando a se manifestar e pode ter uma duração longa. A crise do socialismo afetou não só os partidos que

geriram (ou ainda gerem) os regimes autoritário-burocráticos e os partidos que, de uma forma ou de outra, se identificaram com aqueles, mas afeta sobretudo os ideais libertários e igualitários do socialismo.

O que teria levado o movimento socialista a tal situação de crise em que se encontra neste final do século XX? Significaria isso a vitória da superioridade capitalista sobre o socialismo ou como proclamou um escriba do Pentágono, Francis Fukuyama, teríamos enfim chegado ao “fim da história” com o triunfo definitivo do liberalismo e do livre mercado? Teria sido obra da traição, capitulação, do oportunismo de determinados indivíduos, grupos ou partidos? Deve-se à degenerescência burocrática operada pelo stalinismo? Ou teria sido provocada pela rendição ideológica e pela restauração capitalista induzidas pelo XX Congresso do PCUS (1956) e por Krushev e agravados com a *Glasnost* e a *Perestroika* sob o comando de Gorbachev na URSS? Ou que, na verdade, aqueles países onde se proclamava viver sob o “socialismo real”, não passavam de formações econômico-sociais de capitalismo de Estado?

Obviamente existem outras explicações e reações tão ou mais simplistas e outras mais complexas e sofisticadas para a crise do socialismo. Pensamos, no entanto, que para se compreender a extensão e a profundidade da crise, faz-se necessário analisarmos a gênese e trajetória histórica das experiências socialistas, inclusive suas elaborações teóricas e seus elementos de previsão, sua metamorfose e sua conformação real e concreta.

I. PECADO ORIGINAL

Partimos aqui da tese de que a concepção teórico-política vitoriosa com a Revolução de Outubro de 1917 na Rússia, teve por base e foi informada pelas formulações de Marx e Engels elaboradas nos anos 1848/1850,

calcadas nos seguintes postulados:

a) o Estado capitalista é o “comitê executivo” da burguesia, a expressão direta da dominação e seu poder exercido pela coerção e pela opressão — “O poder político do Estado moderno não é mais do que um comitê para gerir os negócios de toda a burguesia [...] O poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra” (*Manifesto do Partido Comunista*);

b) a luta de classes entre a burguesia e o proletariado tende a levar necessariamente à “explosão” (revolução) violenta (insurreição armada) — “Esboçando em linhas gerais as fases de desenvolvimento do proletariado, descrevemos a história da guerra civil, mais ou menos oculta, que lavra na sociedade atual, e que durará até a hora em que essa guerra explodir numa revolução aberta e o proletariado estabelecer sua dominação pela derrubada violenta da burguesia” (*Manifesto do Partido Comunista*).

c) o processo da revolução proletária como uma “revolução permanente” que leva à tomada do poder e implica na destruição do estado burguês e na eliminação pela violência da burguesia e na instauração da “ditadura do proletariado” — “Os nossos interesses e as nossas tarefas consistem em tornar a revolução permanente, até que seja eliminada a dominação das classes mais ou menos possuidoras, até que o proletariado conquista o poder de Estado, até que a associação dos proletários se desenvolva, não num só país, mas em todos os países predominantes do mundo” (*Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas*, 1850); “Toda situação provisória do Estado depois de uma revolução exige uma ditadura, inclusive uma ditadura enérgica” (*Crise e Contra-Revolução*, 1848).

Não é por acaso que Lênin, Trotsky e outros irão resgatar estas formulações — e não as elaborações de Marx e Engels posteriores a 1848/50 — e dar-lhes prosseguimento

teórico e prático, adaptando-as à específica realidade histórica da Rússia czarista (com um Estado absolutista e “restrito”) do início do século. Fiel a esta concepção, Lênin (*O Estado e a revolução*, 1917) procurará “restabelecer a verdadeira doutrina de Marx sobre o Estado”.

Agregando a estas formulações sua concepção do “partido de vanguarda”, a noção (de origem militar) de tática e a idéia da “guerra como continuidade da política por outros meios”, Lênin elabora sua teoria da revolução e da transição socialista e dá-lhe conseqüências práticas.

Dessa forma, a revolução passa a ser compreendida como um momento crucial, de ruptura violenta, onde a “vanguarda da classe operária” ou seu “Estado maior” (partido) toma o poder pela força das armas e implanta o socialismo, no qual o poder se institui como “ditadura do proletariado”. Quanto a isso, Lênin não deixa margens para dúvidas: “a substituição do Estado burguês pelo Estado proletário é impossível sem uma revolução violenta”, ou ainda a “necessidade de educar sistematicamente as massas *nesta* — e precisamente *nesta* — idéia da revolução violenta forma a base *de toda* a doutrina de Marx e Engels”. (*O Estado e a Revolução*, 1917).

Nesta concepção a democracia representativa não é um elemento essencial: contrapõe-se, sempre, a “democracia superior” ou “real” ou ainda “proletária” à “democracia formal” ou “burguesa”. Alguns alegam — recorrendo a trechos de sua obra — que Lênin deu importância fundamental à democracia. Pensamos, porém, que Lênin, no conjunto de seus escritos, pensou a democracia como instrumento funcional (elemento estratégico) necessário para a organização política da classe operária (criação das chamadas “condições subjetivas”) e para a conquista e liquidação do estado burguês.

Este breve e simplificado resumo (feito

a partir de COUTINHO, 1986) contém, acreditamos, os elementos fundamentais da teoria de Marx e Engels (do período 1848/1850) e de Lênin (1917), da revolução e da abertura da transição socialista. Não se trata aqui de se fazer um julgamento de valor ativo das formulações de Marx e Engels ou de Lênin e Trotsky elaboradas em condições históricas concretas e determinadas — inclusive numa situação de um “Estado restrito” — mas de expor seu significado. Não é demais lembrar as implicações que tiveram não só na e a partir da Revolução de Outubro de 1917, mas sobretudo e posteriormente quando foram levadas às últimas conseqüências pelas dogmáticas stalinista e trotskista ganhando universalidade e consideradas válidas para qualquer país e momento histórico.

II. MONTAGEM E UNIVERSALIZAÇÃO DO MODELO

Informada por estas concepções (de Lênin) é que começará a ser montada a via de transição socialista na Rússia.

Estas concepções começam, no entanto, a ser implantadas e a ganhar concretude numa situação bastante adversa: guerra mundial, atraso sócio-econômico, cerco militar, guerra civil, escassa cultura política democrática, isolamento (as tentativas de revolução no Ocidente fracassaram), destruição da infra-estrutura etc.

Determinada por estas contingências históricas objetivas e projetadas por aquelas concepções, a via de transição socialista é aberta com o “comunismo de guerra” (1918/1921), cujas medidas envolvem: estatização da economia, abolição do mercado, liquidação da moeda, pagamento dos salários em gêneros, requisições da produção camponesa, férrea disciplina no trabalho etc.

Junto a estas medidas e neste processo começa a ser delineado, ainda que embrio-

nariamente, o arcabouço da via de transição socialista, marcada por diversos atos e fatos, dos quais destacamos alguns:

a) um dos primeiros atos dos bolcheviques no poder será a dissolução da Constituinte (na qual eram minoria — 25%), tão duramente criticado por Rosa de Luxemburgo e Karl Kautsky — a primeira, chamou a atenção para o fato de que “sem eleições gerais, sem uma liberdade de imprensa e de reunião ilimitadas, sem o livre confronto de opiniões, a vida se debilita e vegeta em todas as instâncias públicas e a burocracia acaba como único elemento ativo”;

b) aos poucos os sindicatos foram sendo absorvidos pelo Estado, com a justificativa de que não precisavam de independência, já que não teriam necessidade de pressionar e lutar contra o seu próprio Estado;

c) já a partir de 1918, os *soviets* passam ou vão aos poucos sendo subordinados ao partido (bolchevique), excluindo, inclusive, os mencheviques, os social-revolucionários e os anarquistas — o partido passa a aplicar suas decisões (via centralismo democrático) através dos *soviets*;

d) a “ditadura do proletariado” reduz-se cada vez mais à ditadura de sua vanguarda (partido) — isto será reforçado com a eliminação e ilegalização dos demais partidos (de extração socialista) e a imposição do partido único;

e) em 1921 determina-se o fim das tendências no partido em nome do combate ao “fraccionismo” — as divergências não mais poderiam ir a público, sob a alegação das ameaças internas e externas;

f) com a criação da Internacional Comunista (IC) em 1919 (rompendo com o “reformismo” e a “traição” da II Internacional), o modelo russo de revolução, de partido, de socialismo passa a ser universalizado — seu objetivo é incentivar a criação de partidos revolucionários nacionais (seções locais da

IC) submetidos às 21 condições, para internacionalizar a revolução e defender a Rússia socialista.

Há outros fatos e atos que poderiam ser lembrados, mas estes são suficientes para mostrar os rumos que tomou a revolução, suas implicações futuras e que muitos deles são desdobramentos de projeções prévias.

As implicações destes atos e medidas são tão grandes que levam Lênin em 1921, a admitir que: “Nosso Estado é um Estado operário, mas com deformações burocráticas”.

É claro que isto “não significa que desde outubro até a instauração da autocracia stalinista existiu um encadeamento fatal, automático: que no embrião de outubro estava contido o monstro staliniano; ou que a interpretação do marxismo própria de Lênin, conduziu irreversivelmente ao partido único etc. Em cada momento crucial desta evolução houve alternativas diversas, lutas difíceis, cujo desenlace não estava dado, nem muito menos pré-determinado. O importante é perguntar-se porque triunfaram umas alternativas e não outras, que combinação de elementos ideológicos, condicionantes estruturais e sociais, características pessoais de alguns líderes etc, inclinou a balança em determinada direção” (CLAUDÍN, 1990).

Durante a década de vinte medidas táticas e conjunturais levam à implantação da Nova Política Econômica — NEP, com o fito de reconstrução da economia arrasada. Tratava-se de, através de várias concessões, restaurar alguns mecanismos do capitalismo para dinamizar a produção e circulação de mercadorias. Restaurou a liberdade de comércio, estimulou a produção agrícola com incentivos a propriedade camponesa, impulsionou pequenas e médias indústrias privadas (muitas das quais devolvidas aos antigos proprietários), além de outras medidas financeiras e trabalhistas. De fato a NEP permitiu em poucos anos a reativação da produção agrícola e industrial e produziu resultados para

a melhoria das condições de vida da população.

Não obstante isso, ela trazia, por outro lado, uma série de problemas: o enriquecimento rápido dos Kulaks (camponeses ricos), competição entre o setor estatal e o privado da economia, surgimento de uma nova pequena burguesia, imposição de limites ao rápido desenvolvimento da indústria pesada etc.

Imbricado com os problemas derivados da NEP, surge um grande debate no interior do partido sobre as alternativas da construção do socialismo. O debate encaminha-se para conflitos entre tendências e grupos e logo evolui (depois de 1926/1927) para uma aguda e dilacerante luta interna. Seu desfecho dá-se em 1929, com a vitória do grupo capitaneado por Stalin e com a eliminação ou isolamento dos demais.

O grupo vencedor, a partir daí, implanta seu projeto ou modelo de transição socialista, cujas características básicas serão:

a) estatização dos meios de produção e circulação, planejamento ultracentralizado da economia, industrialização extensiva e acelerada (com ênfase na indústria pesada), coletivização (forçada) da agricultura, abolição da economia de mercado, métodos de gestão burocráticos e coercitivos etc;

b) fusão do Estado com o partido (único), subalternização e opressão da sociedade civil — *soviets*, sindicatos, imprensa etc, são subordinados ao partido e ao Estado; dismantelamento de qualquer organização autônoma e despolitização da classe operária em particular e da sociedade em geral;

c) limitação externa da cidadania, abolição das liberdades, extinção da democracia e do pluralismo — o Estado burocrático-autoritário chega mesmo, em determinados momentos, a ganhar o caráter policial e terrorista;

d) o “marxismo-leninismo” como

ideologia oficial do Estado — a teoria fundada por Marx é degradada e transformada num conjunto de dogmas, empregada como apologia, propaganda, ideologia manipuladora ou em exercícios escolásticos etc;

e) o socialismo passou a ser tratado não mais como um período de transição, mas como um modo de produção que precisava ser desenvolvido e fortalecido — as concepções libertárias do socialismo são substituídas pelas noções de “progresso social”, desenvolvimento das forças produtivas etc;

Com o stalinismo monta-se um modelo de transição socialista que seria universalizado. Passa a ser incorporado por todos os partidos comunistas do mundo, com raras exceções. Da definição de Lênin dos países do “socialismo realmente existente”, passa-se aos países do “socialismo real” — o único possível e verdadeiro. Esta via é universalizada, primeiro através da IC (1919/1943), depois com o *Kominform* (1947/1956) e em seguida com a *Revista Internacional* (1958/1990), criada para homogeneizar a política dos diversos partidos; ao lado destes órgãos foram criados outros instrumentos, como a escola de quadros do PCUS, organismos internacionais da juventude, sindicatos etc. Estes organismos seriam condensados no que se intitulou chamar de Movimento Comunista Internacional — MCI, que agrupou por longo tempo todos os PCs.

Também países do Leste europeu, do Oriente, África, América Latina (Cuba) adotaram o modelo do “socialismo real”. O socialismo em todos esses países, apesar de suas particularidades, terão características essenciais comuns: o modelo stalinista. A exceção foi a Iugoslávia e as experiências húngara (1956) e da Checoslováquia (1968), esmagadas pelas intervenções militares soviéticas. Mesmo as tímidas tentativas de mudança no período de Krushev enfrentariam resistências e seriam derrotadas.

Se o stalinismo degenerou, deformou e

operou transformações nos ideais libertários e igualitários do socialismo, não é menos verdade que muitos dos caracteres do “socialismo real” foram projetados antes e com a Revolução de Outubro.

III. O COLAPSO DO “SOCIALISMO REAL”

O modelo do “socialismo real” que já vinha há tempos dando sinais de esgotamento e crise entrou em fins da década de 80 em colapso. Este colapso, cremos, tem diversas determinantes, das quais apontamos apenas algumas:

a) crise econômica, derivada do esgotamento do modelo ultracentralizado de planejamento e de desenvolvimento da economia extensiva, centrado na indústria pesada e na exploração de recursos naturais; acresce-se a isso os impactos da revolução técnico-científica (desencadeada nos países capitalistas) que encontrou os países do “socialismo real” — a URSS sobretudo — em plena estagnação tecnológica; isto tudo gerou uma crise das formas de propriedade estatal, das formas de gestão e da circulação;

b) crise no processo produtivo imediato ou nas relações sociais de trabalho, provocando, entre outras coisas, uma baixa produtividade social;

c) reivindicações de uma maior e melhor apropriação social do excedente produzido, grande parte do qual deslocado para o setor militar, desperdiçado ou gasto na manutenção de gigantescos aparatos burocrático-administrativos ineficientes;

d) descontentamento difuso, induzido por expectativas de mudanças frustradas e bloqueadas, levando à perda do consenso social imposto coercitivamente e à quebra da legitimidade política criando contradições agudas entre o estado e a sociedade;

e) aspirações por liberdades ou por uma

efetiva socialização do poder e da política: extensão da cidadania, pluralismo, liberdade de opinião e organização, liberdade de ir e vir, sufrágio universal (direto, secreto e igual), estado de direito democrático, alternância de poder etc;

f) problemas étnicos e religiosos, causados pela opressão, anexações, remoções, russificação etc., provocando a secessão, a luta pela autodeterminação, o renascimento do nacionalismo, conflitos e o ressurgimento de ideologias conservadoras;

g) derrota política-ideológica para os países do Ocidente capitalista — os países do “socialismo real” perderam a guerra fria, a qual fez coincidir democracia com capitalismo e autoritarismo com socialismo. É preciso que se diga que durante a guerra-fria os países do “socialismo real” impregnaram-se da crença de que era possível a derrota do imperialismo e a ultrapassagem do capitalismo pela superioridade militar soviética, derivando, principalmente, daí a corrida armamentista. Retornava-se dessa forma à antiga concepção da guerra como continuidade da política por outros meios;

h) a política de reformas iniciadas com Gorbachev, com a implantação da *Glasnost* e da *Perestroika* propiciou a ultrapassagem do “socialismo real” na URSS, permitindo e incentivando as mudanças em outros países, sobretudo no Leste europeu;

A derrocada do “socialismo real” tem implicações extremamente importantes e resultantes consideráveis. Propicia, de um lado, tendencialmente ao fortalecimento da democracia e à criação de novas formas de produção e gestão; de outro, traz riscos de desmonte da economia de propriedade social (colocando em xeque conquistas igualitárias) e o ressurgimento de ideologias conservadoras da Europa anteriores à II guerra (por exemplo: nacionalismo). Traz consigo também o impulso à valorização de questões universais. Concomitantemente às mudanças no

capitalismo, propiciou o fim da guerra fria e a política de blocos antagônicos, levando ao fortalecimento da paz e da segurança, dos princípios de não intervenção e respeito aos direitos dos povos de escolher livremente os seus caminhos, das soluções políticas negociadas e do desbloqueio dos conflitos, do desarmamento e mesmo da desmilitarização do planeta. Pôs fim ao antigo Movimento Comunista Internacional e enterrou seus velhos dogmas, mitos, concepções, símbolos e a velha cultura política terceiro-internacionalista.

Os partidos que geriram os regimes do “socialismo real” são levados de roldão e são obrigados a alterarem o próprio nome.

Enfim, se de um lado o colapso do “socialismo real” traz em seu bojo e induz a uma crise sem precedentes dos ideais socialistas, por outro cria uma nova situação que permite a recriação da transição socialista e de seus escombros deve nascer um novo socialismo e novas formações políticas de esquerda, com nomes novos, com novas bandeiras, com novos programas, com novos posicionamentos, com um novo internacionalismo.

IV. O FUTURO

A crise do socialismo aberta e agudizada com o colapso do “socialismo real”, coloca para as forças de esquerda que desejam a ultrapassagem do capitalismo imensos desafios e a necessidade de repensarem e refazerem sua teoria e sua prática.

Nesta situação duas alternativas básicas se colocam. A primeira é que se trata de introduzir mudanças, abolir as deformações e anomalias e renovar o modelo de “socialismo real” ou criar o chamado “socialismo renovado”. A segunda, a de recriar e refazer a abertura e a trajetória da transição socialista, ou seja, apostar em um “novo socialismo”. Se a opção for a segunda alternativa, então é preciso:

a) romper em definitivo com a teoria da revolução e da transição socialista derivada da revolução de Outubro — não se trata aqui da simples negação da importância histórico-universal daquela revolução, mas de reconhecer que as concepções que a informaram não tem mais validade para o socialismo que desejamos. Portanto, uma teoria da revolução baseada na via processual e centrada na democracia como valor universal e uma projeção de transição socialista calcada na socialização da política e do poder, na publicização do Estado e sua absorção pela sociedade, na democratização das relações sociais, no pluralismo, no respeito aos direitos humanos, nas liberdades fundamentais, no Estado de direito democrático, no igualitarismo etc.

b) romper radicalmente com a cultura política terceiro-internacionalista e criar uma cultura política socialista profundamente democrática — também aqui não se trata de jogar no lixo a rica herança teórica de Marx, Engels, Kautsky, Rosa de Luxemburgo, Lênin, Bukharin, Gramsci etc., mas sim de romper com os velhos dogmas e concepções, sobretudo, do “marxismo-leninismo” e a partir do rico patrimônio teórico e político criar uma nova cultura política;

c) repensar e rever a fratura do movimento socialista operada depois de 1914. Com o fim do MCI, com os impasses da socialdemocracia, com as transformações no capitalismo e a intensa internacionalização do capital, coloca-se para comunistas e socialistas a necessidade de uma alternativa política que sugere os estritos limites do Estado-Nação, capaz de enfrentar os novos mecanismos de dominação e exploração e restringir os poderes das transnacionais. Neste quadro seria necessário pensar em um novo internacionalismo, isto é, na perspectiva de uma nova *Internacional Socialista*, inclusive a partir do organismo já existente. Este novo internacionalismo pode vir a ser um

poderoso instrumento para a implementação de uma plataforma de valores universais: consolidação da paz, defesa do meio ambiente, defesa dos direitos humanos, fortalecimento da democracia, ampliação da cidadania, resolução do problema da fome e de epidemias etc;

d) repensar a forma-partido, montados na concepção centralizada, como vanguarda ou “estado-maior” da classe operária e preparados para o assalto ao Estado burguês — é necessário pensar e construir novas formações políticas de esquerda e socialistas: amplas, plurais, democráticas, laicas, progressistas, reformadoras, de massas, populares, revolucionárias, internacionalistas etc;

e) reanalisar ou refazer as interpretações do capitalismo em função das transformações que passou e continua passando, que

provocaram alterações substanciais na organização e na estrutura produtiva e na composição da classe operária ou do mundo do trabalho. É necessário também, diante da grande internacionalização do capital e da produção, bem como da integração econômica entre países e grupos de países, uma revisão da teoria do imperialismo, formulada por Lênin e outros teóricos e dirigentes marxistas no início do século.

Estes são apenas alguns tópicos necessários para quem pretende de fato recriar uma motivação histórica em torno dos ideais socialistas ou repensar o reino da liberdade, da igualdade e da felicidade numa sociedade complexa como a do final do século XX e a que se antevê no próximo. Fora disso, resuscitar o modelo do “socialismo real” é olhar para o passado e não enxergar o futuro.

José Antonio Segatto é historiador, editor da revista *Novos Rumos*, e publicou, entre outros, *Breve história do PCB e Formação da classe operária no Brasil*.

BIBLIOGRAFIA

CLAUDÍN, F. (1990). “Comunismo e social-democracia”. *Revista Novos Rumos*, São Paulo, 5 (18/19).

COUTINHO, C. N. (1986). *A dualidade de poderes*. São Paulo, Brasiliense.

ENGELS, F. e MARX, K. (1956). “O Manifesto do Partido Comunista”. *In: Obras escolhidas*. Rio de Janeiro, Vitória, vol. 1.

ENGELS, F. e MARX, K. (1956). “Mensagem do Comitê Central a Liga dos Comu-

nistas”. *In: Obras escolhidas*. Rio de Janeiro, Vitória, vol. 1.

HOBSBAWM, E. J. (1992). “Adeus a tudo aquilo”, *In: Blackburn, Robin (org.). Depois da queda*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

LÊNIN, V. I. (1987). *O Estado e a revolução*. São Paulo, Global.

LUXEMBURGO, R. (1991). *A revolução russa*. Petrópolis, Vozes.